



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

**Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo do
Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de
Paulínia – PAULIPREV**

Aos vinte e dois dias do mês de Agosto de dois mil e dezessete, às dezoito horas e doze minutos, no plenarinho da Câmara Municipal de Paulínia, reuniram-se o Conselho Administrativo, Diretor Presidente e servidores presentes, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto conforme Regimento Interno dos Conselhos.

Pauta do dia: leitura da ata do dia 08 de Agosto do corrente ano, homologação de pedidos de aposentadoria, levantamento de pendências e leitura e deliberação do ofício 776/17.

O Presidente do Conselho iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e realizando a leitura da pauta do dia.

Primeiro item da ordem do dia: os conselheiros por unanimidade optaram pela dispensa da leitura da ata, visto a ciência da mesma previamente, portanto sendo aprovada por todos.

A seguir o Presidente solicitou a inversão dos assuntos, deixando por ultimo a homologação das aposentadorias.

Sandra pediu a palavra citando da necessidade de melhorar o canal de comunicação entre os conselheiros, acrescentando que teria sido estressante, que teria gerado certo grau de ansiedade desnecessária, que a pauta não teria sido encaminhada ao grupo conforme

combinado, lembrando que Eliete teria entrado em contato com Adriana para questionar sobre a pauta pois a reunião seria no dia posterior. A seguir citou desconhecer se era pessoal ou não, citando que todas as vezes que solicita não é atendida, pois a mesma teria solicitado algumas sugestões de pauta, reforçando que teria pedido algo que o próprio consultor que estaria ministrando o curso de CPA10 teria apontado como necessário, o que fez a mesma solicitar via whatsapp no exato momento da discussão do tema pois seria importante para o cálculo atuarial, para o andamento de tudo, que o Instituto está amarrado por falta desse assunto. Citou ainda que teria cobrado novamente o Presidente do Conselho sobre o assunto no dia anterior, porém o mesmo teria deixado de fora um assunto que a mesma solicitou para ser incluído na pauta. O Presidente do Conselho pediu desculpas por não ter observado, solicitando que fosse registrado que o meio de comunicação do envio de pautas será via email, o que fez Sandra citar que não há motivo então para contar com um grupo de whatsapp. A seguir Eliete citou da importância de se discutir o assunto sugerido pela Sandra na data (censo previdenciário), acrescentando que poderia ser abordado quando das citações sobre as pendências. Sandra posteriormente citou que o Diretor Presidente esteve afastado por alguns dias por problemas de saúde, salientando que sentiu muitas dificuldades em comunicação, de obter informação, ter respostas, exemplificando caso o mesmo se afastasse por trinta dias por motivos de férias, questionando se o Instituto pararia pelo mesmo tempo, que as pessoas precisam se envolver com tudo do que está acontecendo, que durante o curso necessitou-se de informações, e não se efetivaram, avaliando portanto a necessidade de se registrar tais questões, lembrando que há Diretores, funcionários, avaliando que todo mundo ficou meio perdido com a ausência do Diretor Presidente. Eliete então pediu a

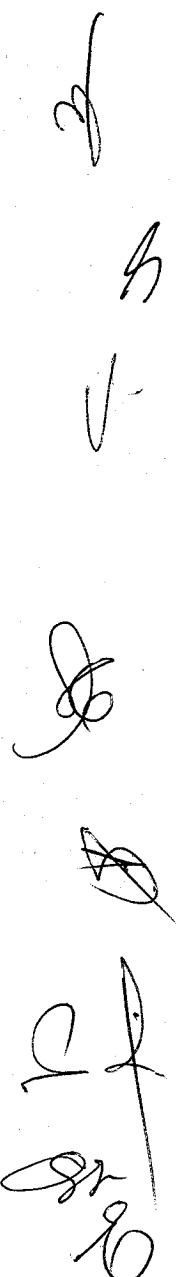
palavra e exemplificou um fato , citando que desde a sexta feira tentou obter resposta quanto o envio ou não por parte do Dr Fernando Stein das devolutivas que ficou de enviar assim como se o Diretor Presidente teria também enviado ao mesmo o ante projeto de lei da estrutura administrativa , ante projeto este que foi reformulado a partir das colocações do Dr Douglas. Com isso teve a necessidade de fazer contato diretor com o Advogado por não contar com resposta de ninguém. A seguir citou que em contato no Escritório de Advocacia Dr. Fernando teria deixado recado que teria enviado no dia 17 o ante projeto da base previdenciária para o email do Guimarães e Ligian. Sobre o ante projeto da reestrutura administrativa, Eliete questionou então o Diretor Presidente tendo a resposta negativa e citando que o próprio Dr Douglas teria, sendo rebatido pela Eliete uma vez que os conselheiros teriam discutido e trabalhado durante 5 horas em cima do mesmo. Eliete então lembrou que sempre envia email com cópia ao administrativo para não ficar amarrado com o Guimarães, pois como ocorreu , se o mesmo contar com problemas outras pessoas devem agilizar a questão , sendo que avalia que tudo fica esperando pelo o Diretor Presidente reiterando que as coisas tem que acontecer estando presente ou não.

Segundo item da ordem do dia: em relação ao oficio citado , o Diretor Presidente explicou que o mesmo foi enviado pela Promotora, Dra Verônica, realizando a seguir a leitura do mesmo, onde em linhas gerais solicitava que o Instituto se manifestasse no prazo de trinta dias sobre a concordância em relação a alteração do quórum de aprovação das decisões do Conselho Administrativo, para a maioria absoluta de seus membros, ou seja , 6 votos. O Diretor Presidente então explicou que o oficio teria sido encaminhado em decorrência ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) envolvendo a questão da

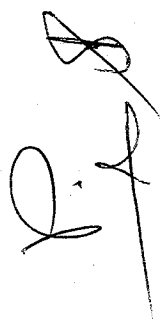
paridade do Conselho. Com isso explicou que se pretende que o quorum de deliberação dos eleitos seja superior aos indicados em termo de votação, sendo necessário para isso a alteração da composição do Conselho. A seguir relatou a proposta do Prefeito quando da alteração na Lei , que corresponderia a 4 conselheiros indicados (1 deles o Presidente, que votaria somente nos casos de empate), um indicado pela Câmara, devendo ser este servidor e 5 eleitos. Eliete então questionou se seria efetivado a proposta sugerida pelo Prefeito, tendo a resposta que neste momento ela questionou somente a questão do quórum. Eliete então voltou a questionar como seria complementando essas duas vagas para os eleitos, tendo a resposta do Diretor Presidente que se utilizaria os suplentes eleitos na ultima eleição, ou, isso se valeria a partir de próxima eleição. Sandra então ressaltou que esta situação geraria um impasse ao se selecionar o suplente, uma vez que há dois suplentes , um do ativo e um do inativo, sendo lembrado que serão dois acionados , podendo ser portanto ambos. Vanda então questionou se tem definido que os indicados devam ser servidores, tendo a resposta do Diretor Presidente que isso é livre, o que fez a mesma questionar se isso não poderia se colocado no projeto, sendo alertada pelo mesmo que isso é competência do Prefeito. Adilson, conselheiro fiscal, pediu a palavra e expressou sua surpresa do Ministério Publico realizar um Termo de Ajustamento de Conduta não observando a constitucionalidade ao acatar essa proposta, ressaltando ainda que a Promotoria não se atentou a questão dos ativos e inativos. Iria pediu a palavra e lembrou os motivos pelos quais se solicitava a paridade somente após as eleições. O Diretor Presidente então se manifestou citando que seu parecer não é favorável ao chamamento dos suplentes, uma vez que se muda a regra no meio do caminho, afetando todos os demais que participaram do processo eleitoral. Assim, ao seu ver seria necessário

se alterar a partir de uma nova Lei, ou seja, após um processo legislativo, concordando assim com o posicionamento do Adilson. Eliete então pediu a palavra e retomou a sugestão apresentada pela Sandra na reunião com o Prefeito, outros conselheiros e Diretor Presidente, ou seja, a redução de números indicados de imediato, não ferindo nenhuma questão de Lei, ficando desta forma paritário o Conselho, sendo complementada pela Sandra que desta forma não se modificaria a lei eleitoral dos candidatos sendo que no próximo mandato atuaria-se de forma diferenciada. Ligian lembrou que com isso ocorreria a redução do jeton. Márcia Ambrozini citou a seguir que no dia da reunião, o Prefeito achou muito interessante esta proposta. Nara citou que aumentando o quórum ao seu ver, o Instituto ficam mais protegido. O Diretor Presidente então retomou e lembrou que não está explícito a forma como ficaria o Conselho, que a Promotora somente estava questionando a questão do quorum de deliberações, sendo que Eliete citou que estaria uma incógnita quanto a forma de se estabelecer a paridade. O Diretor Presidente então propôs que realizaria um contato com a Promotoria antes de responder o ofício enviado. Márcia Ambrozini pediu a palavra e retomou a questão avaliando as possíveis consequências que se estabelecer quórum de 6 pessoas, propondo então a maioria de votos do Conselho, exemplificando por exemplo a questão de votação para algum tipo de investimento.

Terceiro item da ordem do dia: em relação as pendências, o Presidente do Conselho, iniciou a discussão sobre a realização do censo previdenciário ou recadastramento dos ativos. Sandra citou que durante o curso com o Ronaldo foram discutidos os impactos devido a incorporação da hora atividade, da implantação do PCCV e este citou de ser primordial a efetivação a realização do censo, pois



sem isso não será possível realizar o cálculo atuarial, os impactos no Instituto, sendo que o mesmo teria se disponibilizado a realizar o cálculo atuarial, porém necessário que se faça anteriormente o censo. O Diretor Presidente citou que teria contatado o Secretário de Rh e este teria apresentado ao Prefeito um cálculo do impacto em relação as receitas do município frente a todas variações propostas pelo PCCV, o que fez o mesmo solicitar que tal levantamento seja encaminhado ao Instituto, porque a partir desses valores a Pauliprev fará também seus cálculos. O Diretor Presidente a seguir citou que teria enviado uma mensagem ao Secretário de Negócios Jurídicos citando que a Pauliprev não possui absolutamente nada do PCCV, acrescentando assim da realização de algum tipo de cálculo neste sentido. A seguir citou que teria recebido do Sindicato um ofício fazendo menção expressa sobre o cálculo, porém como não tem noção do que se trata o PCCV, questionou como faria tal estudo de impacto. Posteriormente citou que vem sendo divulgado que a Pauliprev é contra o PCCV, incorporação da hora atividade, expondo assim que o Instituto não é contra nada, porém para implementação de qualquer situação que implique variação de remuneração, o Instituto necessita do cálculo de impacto. A partir do momento que tenha conhecimento do impacto da folha de pagamento da ativa, é possível verificar-se quanto isso irá impactar no Instituto. Citou a seguir que o Instituto participou apenas de duas reuniões no semestre passado, sendo a primeira inicial, outra no Gabinete do vice prefeito não sendo discutido absolutamente nada, pois não havia uma pauta. Posteriormente o Sindicato conversou com várias categorias de forma isolada, mas em nenhum momento o Instituto foi chamado. Seguindo citou que teria tido conhecimento que há um grupo no whatsapp sobre o PCCV, porém a Pauliprev nunca participou, reiterando as dificuldades para realizar o cálculo na



Pauliprev, acreditando assim que poderá gerar um impacto no Instituto porém sem saber realmente qual será este valor. Eliete então entrevistou e questionou se não poderiam agilizar o censo previdenciário, o que fez o Diretor Presidente explicar que o censo deverá identificar para atingir os objetivos do levantamento (tempo na iniciativa privada, dependentes, idade do mesmo, etc), acrescentando que alguns desses dados o Secretário de Rh disponibilizará, sendo interrompido pela Eliete lembrando a fala do conselheiro Reginaldo, que o Instituto deve agilizar tal processo. Sandra pediu a palavra e citou que durante o curso ficou muito claro, da necessidade do Conselho deliberar, terá custo certamente visto a necessidade de uma empresa realizar, retomando a seguir a fala anterior da Iria que existe outros envolvidos, porém é necessário que alguém dê o "start" e fazer, avaliando desta forma que não daria mais para esperar o Rh fazer, que o Instituto não pode ficar parado dependendo da administração fazer, sugerindo assim que se votasse entre os presentes o levantamento de orçamentos pelo Diretor Presidente e a partir dessa apresentação o Conselho deliberaria ou não. Eliete então questionou o Diretor Presidente se o mesmo já contaria com algum orçamento, tendo devolutiva negativa. Iria então pediu a palavra e citou da ciência da dificuldade do Prefeito receber-lo porém da necessidade do mesmo insistir neste contato para apresentar ao mesmo; que o Instituto precisa da defesa do mesmo, que o Prefeito tem que entender o que tudo isso vai ocasionar ao Instituto. O Diretor Presidente então citou que dentro da possibilidade tem buscado isso, realizando a seguir a leitura da mensagem enviada ao Executivo, porém não obtendo devolutiva, o que fez o mesmo solicitar ao Gabinete tal agendamento, lembrando a seguir o difícil momento vivenciado no município, o que faz a cidade parar. Posteriormente citou da necessidade do apoio do Executivo

para que o servidor venha se recadastrar, uma vez que a Pauliprev não pode realizar tal exigência . Sandra então pediu a palavra e citou que a partir do levantamento de custo para a realização deste censo poderá ser apresentado ao Prefeito, o qual poderá estabelecer que a partir do não comparecimento do servidor no censo o pagamento poderá ser suspenso. Nara então fazendo uso do pro memória lembrou da necessidade de fazer um levantamento prévio de quais informações o Instituto necessitará identificar através do censo. Márcia Ambrozini pediu a palavra, concordando com a fala da Sandra, onde avaliou que o Instituto está engessado devido a falta do cálculo atuarial, sendo necessário fazer o levantamento de custo de empresas que realizam este trabalho assim como se for necessário também "bater na porta" do Prefeito para apresentação desta necessidade, que o interesse deste levantamento é comum, portanto se a Prefeitura está demorando , o Instituto deve assumir este trabalho. Valmir então se posicionou citando que desde a criação da Pauliprev o cálculo atuarial realizado foi fictício , sendo que até então todos os gestores anteriores se acomodaram e não realizaram porque não era deficitário porém hoje a realidade alterou-se , que como Presidente de Pauliprev e de acordo com a solicitação do Conselho o Diretor Presidente necessita falar com o Prefeito sobre tal questão , sendo portanto uma questão de sobrevivência do Instituto enfatizando então caso a Prefeitura não faça , o Instituto teria que assumir tal questão. José Carlos citou que a partir desse censo se terá um pré diagnóstico, que concorda com as colocações realizadas anteriormente, que será importante ao servidor ter ciência que a Pauliprev teria dinheiro para pagar 10 anos porém com o PCCV esta quantidade de anos será reduzida. O Presidente do Conselho então retomou a palavra e reiterou que o Conselho estaria deliberando sobre a importância de se realizar este levantamento de custos do

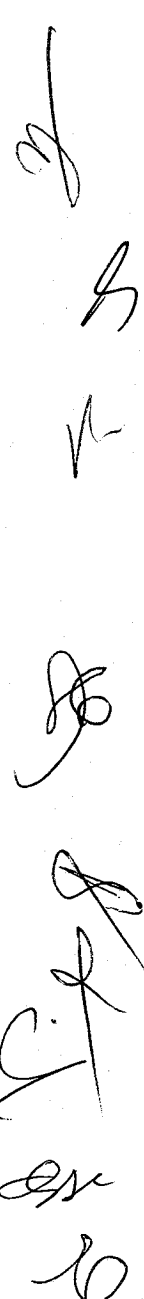
censo, sendo estabelecido o prazo até a segunda reunião do Conselho Administrativo do mês de Setembro para que o Diretor Presidente apresente ao Conselho tais valores, salientando no entanto que se possível fosse apresentado anteriormente. Nara então sugeriu que na próxima reunião do Conselho fosse apresentado os dados para serem identificados por ocasião do censo. Iria pediu a palavra e se posicionou totalmente contra a realização do censo ser custeado pelo Instituto, uma vez que o Executivo dá aumento, abono, beneficia uma categoria, sem nunca discutir com a Pauliprev, sempre ficando os custos para o Instituto e o que mais se ouve é que não se terá dinheiro, porém se o Executivo "criou , o filho é dele". Fábio então acrescentou que já começou errado começar o PCCV sem o recadastramento dos funcionários. Valmir pediu a palavra e se posicionou em relação a fala da Iria, citando que a questão era mais política do que bom senso, lembrando da experiência vivenciada no Rio de Janeiro, acrescentando que o Prefeito não pode injetar dinheiro no Instituto porque está "quebrado", que o bom senso aponta da necessidade se realizar o censo e mostrar a realidade. Iria pediu a palavra, expondo que de maneira geral quando os Prefeitos beneficiam uma categoria não pensam na Pauliprev , que o Prefeito veja portanto a situação futura do Instituto não sendo portanto uma questão política. José Carlos lembrou que isto constitui questões eleitoreiras. Ligian então lembrou que quando criado o Instituto em 2001 não se pensou em nenhum momento em realizar o recadastramento. Nara a seguir citou que a partir do momento que se aumentou os gastos , isto gerará um déficit, sendo que só será possível verificar da necessidade de aumentar a alíquota quando da realização do cálculo atuarial. Sandra reiterou da necessidade de não se aguardar mais, portanto a necessidade de não aguardar a Prefeitura. Reginaldo reiterou sua fala em reuniões anteriores quanto

a necessidade do Instituto assumir este censo , que terá gastos porém trará benefícios, lembrando ainda que as alíquotas estabelecidas para pagamento da Prefeitura também é fictícia ,sendo lembrando pela Ligian que quando estabelecido estas alíquotas não havia sido estabelecido que a Pauliprev assumiria os afastamentos. O Presidente do Conselho então questionou os presentes quanto ao levantamento de custos e imediata aprovação, no máximo até a segunda reunião deste Conselho, proposta acordada por todos . Outro assunto em pendência colocado pelo Presidente do Conselho voltou-se ao estudo quanto a reelaboração do Regimento Interno, sendo reiterado pela Eliete os membros da comissão (Eliete, Márcia, Reginaldo, Ligian, Iria e Francinete) , sugerindo para que seja dinamizado que se apresente propostas de outros municípios no dia 29 de Agosto (terça feira) às as 15 horas na sede da Pauiprev. Sobre o ante projeto sobre base previdenciária, a comissão preferiu definir no grupo específico do whatsapp o estabelecimento do dia e horário, ficando definido que posteriormente seria informado os demais membros do Conselho, o que fez Guilherme questionar esta comissão se a data de 20 de Setembro este assunto estaria fechado, tendo a resposta positiva de seus membros. Sandra ainda complementou que a análise da comissão, será entregue ao Diretor Presidente e que este por sua vez encaminhará ao Jurídico. Adilson então pediu a palavra e sugeriu para agilizar que fosse agendado o Jurídico, ficando a comissão responsável por este contato . Eliete então lembrou que na mesma semana, mais especificamente dia 25 , sexta feiras, as 16 horas, na Pauliprev, haveria uma reunião conjunta com o Sindicato para elaboração de uma pauta sobre a reunião com servidores, objetivando abordar a situação da Pauliprev. Eliete lembrou que a Presidente do Conselho Fiscal gostaria de agendar uma reunião extraordinária, ficando estabelecido o dia 28 de Agosto,

segunda feira, às 18 hs na sede da Pauliprev. Eliete então questionou o Diretor Presidente sobre o contato com a VUNESP , tendo a resposta do mesmo , que já teria sido efetivado e que encontrava-se aguardando resposta a partir dos dados fornecidos pelo mesmo (funções, escolaridade, etc). O Presidente do Conselho então solicitou ao Diretor presidente que atualizasse o pro memória de pendências , sendo alertado pela Eliete que a Diretora Administrativa Adriana já teria ciência, sendo reiterado pelo Presidente do Conselho da importância da mesma enviar a planilha já atualizada.

A seguir definiu-se as datas das reuniões do mês de Setembro, ficando estabelecido as datas de 5 e 19 de Setembro, no plenarinho da Câmara, as 18 hs.

Fabio então questionou o Diretor Presidente sobre algum tipo de menção do Tribunal de Contas, visto a auditoria dos mesmos no Instituto. A pedido do Diretor Presidente, o servidor Admilson citou que teria citado da questão do abono salarial , sendo complementando pelo Diretor Presidente que a Pauliprev possui um credito a receber da Prefeitura. Ligian então questionou se haveria um documento desde o ano anterior cobrando este aspecto da Prefeitura, sendo concordado pelo mesmo. Admilson citou que teriam contado com devolutiva negativa por parte da Prefeitura quanto ao repasse desse valor, porém a partir da nova auditoria citou que a Prefeitura teria que repassar, valor este calculado em 11 milhões e setecentos mil reais. O Presidente do Conselho expôs que teria outra pendência que corresponderia a o relatório da FIPE que deveria ter sido apresentado no mês de Agosto. O Diretor Presidente então citou que não teria sido realizado uma vez que o Instituto não possui a senha de digitalização dos documentos, visto que o Ministério da



Previdência não expediu senhas para nenhum Instituto, problema portanto de ordem interna do Ministério. No entanto citou que cerca de 300 processos foram feitos e que deverá gerar um pagamento de 5 milhões de reais, cada mês 200 mil reais durante 233 meses. Eliete então questionou o Diretor Presidente sobre a nova sede, tendo a resposta do Diretor Presidente que no dia 30 de Agosto ocorrerá as ultimas duas licitações, o que fez Eliete questionar se essas licitações não deveriam ter ocorrido em Julho, tendo a resposta que por conta do parecer do Jurídico não se efetivaram. Eliete a seguir questionou sobre o Boletim, o que fez o Diretor Presidente apresentar Alexandra, a jornalista que teria ganho a licitação, solicitando à mesma que relatasse sua experiência. Eliete então questionou como teria ficado estabelecido a periodicidade do boletim, tendo a devolutiva que seria trimestral. O Diretor Presidente então acrescentou que além da elaboração do boletim informativo, a empresa realizará também a assessoria de imprensa do Instituto. Márcia Ambrozini então questionou sobre o site da Pauliprev, pois há muitos pontos desatualizados, citando como exemplo o Instituto de Campinas da forma como se apresenta (contratos, relação dos aposentados, sendo complementada pela Eliete que já teria contatado a Diretora Administrativa sobre o assunto, relacionando a seguir todos os documentos com atrasos de publicação (Conselho Fiscal e Administrativo, Balancetes de despesas e receitas, contratos). Com isso Alexandra citou que estará realizando um levantamento e verificando tudo que está atrasado para atualizar. Márcia Ambrozini então questionou o Diretor Presidente sobre o CRP, visto que teria citado que até o final de Agosto tal questão estaria regularizada, o que fez o mesmo citar que aguarda a liberação da senha do Ministério da Previdência para que isso também possa se regularizar.

Quarto item da ordem do dia: Em relação a homologação da aposentadorias, Valmir citou que já teria sido estabelecido em reunião anterior e registrado em ata que o Conselho homologaria, no entanto nos processos estaria escrito que o Conselho estaria autorizando. A Diretora de Previdência e Atuária então justificou que no dia anterior esteve em reunião o dia todo e as outras funcionárias da Pauliprev colocaram o termo "propor", ficando estabelecido então que no dia 28 de Agosto por ocasião da reunião extraordinária do Conselho Fiscal, se refaça os documentos para que o Conselho Administrativo possam assinar.

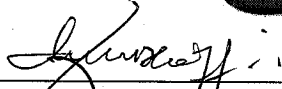
A seguir Iria solicitou a palavra citando que na semana do dia 28 de Agosto será iniciado as oitivas da CEI, questionando o Diretor Presidente se teria alguém do Instituto que acompanharia este processo. O Diretor Presidente então citou que por ser uma comissão de inquérito sobre a Pauliprev acredita que deveriam acompanhar, porém até o momento não teria sido acionado, ressaltando que não saberia nada também do PCCV. Eliete então questionou a Diretora de Previdência e Atuária como teria sido a reunião que teria participado juntamente com a Diretora Administrativa do PCCV. Francinete então relatou que chegaram na metade da reunião, uma vez que desconheciam que ocorreriam, que teria recebido uma mensagem do Diretor Presidente para representá-lo na reunião, desconhecendo inclusive quem participaria. A seguir citou que teriam sido questionadas sobre o cálculo atuarial, abono de permanência, do impacto. Eliete então questionou se teriam marcado a próxima, tendo a resposta da mesma que não o fizeram, acrescentando somente que teriam citado que acontecerá a ultima reunião na quinta feira, não definindo o horário. O Diretor Presidente mais uma vez reiterou que

desconhece os aspectos sobre o PCCV, pois nunca foi acionado para discutir sobre a questão, sendo acrescentado pela Diretora da Previdência e Atuária, que teriam se manifestado como se a Pauliprev não estivesse se importando com o PCCV, o que fez a mesma se manifestar citando que a Pauliprev não está sendo comunicada das reuniões, e que já teria sido solicitado ao Secretário Jurídico que qualquer tipo de reunião que envolva a questão de servidores seja acionado o Instituto. O Diretor Presidente então questionou a Francinete quem teria citado que o Instituto não vem oferecendo a atenção necessária, tendo a devolutiva da mesma que seriam Cláudia e Willian, o que fez lembrar o Diretor Presidente que em semanas anteriores o Instituto teria contado com reunião com os mesmos e o Diretor Presidente teria citado que nunca foram chamados, desconhecem os aspectos do PCCV, toda e qualquer discussão sobre este Plano foi realizada pelo Sindicato e Prefeitura, portanto não se pode dizer que foi feito pouco caso e sim o contrário. Reginaldo pediu a palavra e aproveitando que neste momento o Instituto conta com uma assessoria de imprensa, sugerindo desta forma realizar uma nota se posicionando sobre tal questão. Francinete ainda esclareceu que tudo que foi questionada à ambas responderam de acordo com o conhecimento do trabalho.

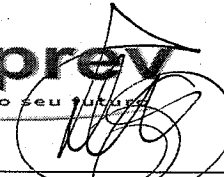
Não havendo mais deliberações, encerrou-se a reunião as dezenove horas e cinquenta e quatro minutos, sendo transcrita a ata e assinada por todos os conselheiros.

FERNANDO JOSÉ ROVERI
Presidente Cons. Administrativo

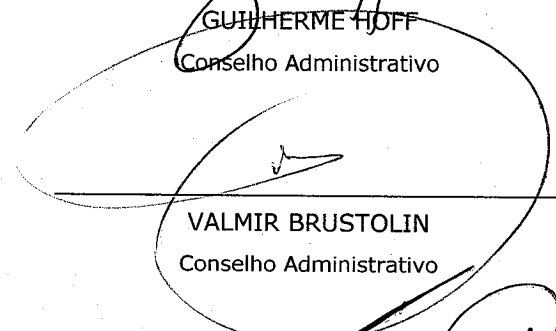
ELIETE MARIA DA SILVA
Secretária Cons. Administrativo



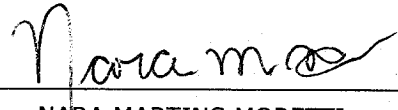
GUIHERME HOFF
Conselho Administrativo



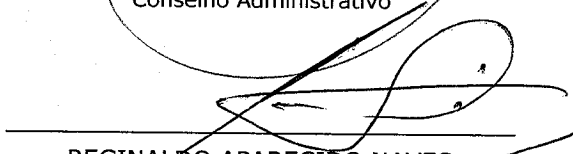
JOSÉ CARLOS SOUTO DE PROENÇA
Conselho Administrativo



VALMIR BRUSTOLIN
Conselho Administrativo



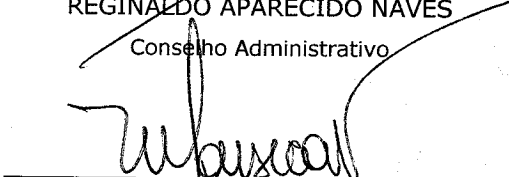
NARA MARTINS MORETTI
Conselho Administrativo



REGINALDO APARECIDO NAVES
Conselho Administrativo



SANDRA ARIADNE CASASSA
Conselho Administrativo



NIVIA CARLA DA FONSECA
Conselho Administrativo